



BOLETIM INFORMATIVO

CAO.EDUCAÇÃO

ED. 09 | SET.2021

[illegible]



SUMÁRIO

- 1. NOTÍCIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO**
- 2. NOTÍCIAS DE OUTROS MP'S**
- 3. NOTÍCIAS do MPF**
- 4. NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES**
- 5. NOTÍCIAS DIVERSAS**
- 6. NOVIDADES LEGISLATIVAS**

EQUIPE CAO-EDUCAÇÃO

MIGUEL SLHESSARENKO JÚNIOR – PROMOTOR DE JUSTIÇA E COORDENADOR DO CAO EDUCAÇÃO

PATRÍCIA ELEUTÉRIO CAMPOS DOWER - PROMOTORA DE JUSTIÇA E COORDENADORA DO CAO EDUCAÇÃO

CARIN LUCIANE DE AZEVEDO – ASSISTENTE MINISTERIAL

JULIANA AIKO YOSHIMURA DE VASCONCELLOS – AUXILIAR MINISTERIAL



NOTÍCIAS DO MPMT

Ação requer retorno das aulas presenciais híbridas a partir do dia 16

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio da 8ª Promotoria de Justiça Cível de Tutela Coletiva da Educação, ingressou no final da tarde desta terça-feira (10) com Ação Civil Pública requerendo, em pedido liminar, o retorno das atividades educacionais presenciais híbridas na rede pública de ensino de Cuiabá a partir do dia 16 de agosto. A ação busca garantir o cumprimento do Plano de Retorno às Atividades Presenciais estabelecido no Decreto Municipal de Cuiabá nº 8.315/2021 e da Lei Estadual 11.367/2021, que reconhece a Educação como atividade essencial.

Requer ainda que a abertura das escolas públicas, na qualidade de atividade essencial, não se sujeite à suspensão ou à interrupção, em caso de necessidade epidemiológica, respeitados os protocolos de biossegurança e ocupação mínima de 30%, conforme Lei Estadual 11.367/2021. O MPMT pleiteia ao Poder Judiciário que seja fixada multa diária no valor de R\$ 100 mil na eventualidade de descumprimento da decisão judicial.

Liminar obriga Município de Cuiabá a retornar aulas presenciais híbridas

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso obteve nesta terça-feira (31) decisão liminar que obriga o Município de Cuiabá a promover o retorno das atividades educacionais na rede pública de ensino a partir do dia 08 de setembro. As atividades deverão ser desenvolvidas de forma híbrida (presencial e remoto), conforme prevê o Plano de Retorno às Atividades Presenciais estabelecido no Decreto Municipal de Cuiabá nº 8.315/2021 e a Lei Estadual 11.367/2021, que reconhece a Educação como atividade essencial.

Eventual descumprimento da decisão judicial implicará em pagamento de multa diária de R\$ 100 mil, que deverá recair sobre a pessoa física do prefeito Emanuel Pinheiro. Conforme a liminar, em caso de necessidade epidemiológica comprovada, o município deverá suspender, primeiramente ou conjuntamente, todas as atividades não essenciais, priorizando a manutenção da abertura das escolas públicas municipais de Cuiabá, na qualidade de atividade essencial, não sujeita à suspensão ou à interrupção, na forma da Lei Estadual 11.367/2021.

NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS



PJ de Lábrea investiga obra abandonada de escola na Transamazônica - BR 230

O Ministério Público do Amazonas (MPAM), por meio da Promotoria de Justiça de Lábrea, instaurou procedimento para apurar o abandono da construção de uma escola localizada no Km 26 da BR 230 - Rodovia Transamazônica. Com a medida, o Promotor de Justiça Sylvio Duque Estrada quer verificar, também, quais medidas estão sendo ou devem ser adotadas pelo Poder Público a fim de viabilizar a sua conclusão.

MPAM recorre à Justiça para garantir reforma em escola municipal de Manaus

O Ministério Público do Amazonas, por meio da 55ª Promotoria de Justiça da Educação, ajuizou Ação Civil Pública com pedido de liminar com o intuito de obrigar a Prefeitura de Manaus a realizar, de forma imediata, a reforma da Escola Municipal Nestor José Soeiro do Nascimento, localizada no bairro Tarumã, Zona Oeste de Manaus. A medida decorre do Inquérito Civil nº 06.2016.00000039-5, instaurado para apurar denúncia de prejuízos sofridos pelos alunos em razão da falta de reformas na referida instituição de ensino.

MPAM atua para garantir universalidade de acesso à Educação na rede estadual de ensino

O Ministério Público do Amazonas, pela 59ª Promotoria de Justiça Especializada na Proteção e Defesa dos Direitos Humanos à Educação (Prodhed), instaurou procedimento administrativo no intuito de acompanhar e fiscalizar as medidas administrativas definidas como prioritárias na rede estadual de ensino, para a garantia da universalidade de acesso à educação quanto aos aspectos da conectividade dos estudantes e dos professores. Relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) aponta que mais de 5,5 milhões de crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos estavam fora da escola ou sem atividades escolares em 2020, período em que as aulas presenciais foram quase totalmente substituídas pelo ensino no modo remoto.

MPAM atua para garantir universalidade de acesso à Educação na rede estadual de ensino

O Ministério Público do Amazonas instaurou procedimento administrativo no intuito de acompanhar e fiscalizar as medidas administrativas definidas como prioritárias na rede estadual de ensino, para a garantia da universalidade de acesso à educação quanto aos aspectos da conectividade dos estudantes e dos professores. Relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) aponta que mais de 5,5 milhões de crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos estavam fora da escola ou sem atividades escolares em 2020, período em que as aulas presenciais foram quase totalmente substituídas pelo ensino no modo remoto.

MPPR recomenda que secretarias de Educação avaliem retorno às aulas presenciais

O Ministério Público do Estado de Roraima (MPPR) emitiu Recomendação conjunta às Secretarias de Educação do Estado e do município de Boa Vista para que avaliem a possibilidade de retorno das atividades presenciais, que devem ser consideradas essenciais, levando-se em consideração a proporcionalidade das medidas restritivas para contenção da transmissão da Covid-19.

Promotoria realiza Audiência Pública sobre educação quilombola

O Ministério Público do Pará (MPPA), por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Bragança, realizará uma Audiência Pública na quinta-feira, 12 de Agosto, para debater as dificuldades na implantação da educação quilombola no município e encontrar possíveis soluções junto à comunidade.

Dessa forma, o MPPA busca estimular a criação de um canal de diálogo entre a comunidade e o Poder Público, garantindo o direito dessas comunidades e entendendo, a partir dessa aproximação, quais políticas públicas têm real impacto positivo na vida dessa população e quais outras poderiam ser adotadas.

MPPA firma TAC com município para construção e reforma de escolas

O acordo tem o objetivo de regularizar e garantir o pleno funcionamento das escolas do município, que realocará os alunos para espaço adequado, para que não tenham o ano letivo prejudicado durante o período de obras

MPPA investiga possível irregularidade na compra de alimentos para escolas públicas

A partir da análise de documentos anexos, o Ministério Público do Pará identificou diversas irregularidades no procedimento licitatório para aquisição de alimentos para alunos da rede pública de ensino. Diante disso, o MPPA entende que há a necessidade de uma investigação para coleta de provas sobre o caso.

[Confira aqui a Portaria completa.](#)

Promotoria debate Plano de Retorno das aulas presenciais em rede pública

O município deve garantir o cumprimento de todas as medidas de segurança, além de uma estrutura física que atenda as necessidades atuais para o retorno das aulas

Promotores de Justiça assinam Nota Técnica de orientação para gestores das áreas de Educação e Saúde sobre retorno às aulas presenciais

O Ministério Público de Rondônia assinou Nota Técnica orientando gestores das áreas de educação e da saúde do Estado e dos municípios a darem continuidade à execução do plano de retomada para retorno das atividades escolares presenciais. O posicionamento foi adotado no âmbito do Gabinete de Articulação para Enfrentamento da Pandemia na Educação Pública em Rondônia (Gaepe-RO), organismo multi-institucional que fomenta a tomada de decisões relacionadas ao ensino público.

Ministério Público de Rondônia acompanha ações para a ampliação de serviços de educação inclusiva na Capital

O Ministério Público do Estado de Rondônia vem atuando, por meio de ação civil pública e procedimentos extrajudiciais, para fomentar políticas públicas no Estado e Município de Porto Velho, visando a melhor prestação de serviços de educação inclusiva, com a disponibilização de auxiliares, intérpretes e mediadores que possam dar suporte a estudantes com necessidades especiais.

MPMA recomenda ao Município interdição da UEB Carlos Macieira

O documento orienta que a Semed transfira a escola para outro imóvel mais adequado, ventilado e com mais espaço para os alunos, onde seja possível a implementação dos protocolos sanitários de prevenção contra a Covid-19.

MPPE se une ao Unicef, Secretaria de Educação estadual, Undime e Amupe no combate à infrequência, evasão e abandono escolares

Para fomentar a adoção de políticas públicas voltadas ao combate da infrequência, do abandono e da evasão escolares, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE), por intermédio do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Direito Humano à Educação (CAO Educação), assinou um Termo de Cooperação Interinstitucional com a Secretaria de Educação do Governo do Estado, a União dos Dirigentes Municipais de Educação de Pernambuco (Undime-PE), a Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)

MPPE e órgãos parceiros vão estimular municípios pernambucanos a implantar ações para reduzir a infrequência, evasão e abandono escolar

Após a assinatura de um Termo de Cooperação Interinstitucional no último dia 30 de julho, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE), a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e a Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe) vão dar os primeiros passos para implementar a Estratégia Busca Ativa Escolar, do Unicef e do Projeto Voltei, do MPPE, nas redes escolares estadual e municipais de Pernambuco.

Ministério Público se reúne com pais de alunos para enfrentar a evasão escolar

Com o objetivo de informar sobre o direito à educação e garantir a participação dos estudantes nas atividades letivas mesmo com as restrições impostas pela pandemia da Covid-19, a Promotoria de Justiça de Sairé se reuniu, na tarde de ontem (24), com 168 pais e responsáveis pelos alunos da Escola de Referência em Ensino Médio João Pessoa Souto Maior.

PGJ em exercício expede decisão sobre conflito de atribuições e declara nulidade de recomendação para suspensão de retorno das aulas presenciais

A Procuradoria-Geral de Justiça expediu decisão sobre o conflito de atribuições indicado pela 38ª e pela 29ª Promotorias de Justiça de Teresina, com atuação, nas áreas da educação e da saúde. As Promotorias de Justiça se manifestaram pela nulidade da Recomendação nº 05/2021, emitida pela 42ª Promotoria de Justiça, com orientações para que fosse suspensa a retomada das aulas presenciais nas redes públicas de ensino.

MPPI e prefeituras de Arraial e Nazaré do Piauí celebram termos de ajustamento de conduta sobre transporte escolar

O Ministério Público do Piauí, por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Floriano, e as prefeituras de Arraial e Nazaré do Piauí celebraram termos de ajustamento de conduta para que os dois municípios observem as diretrizes do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação no apoio técnico e financeiro sobre a aquisição, a utilização e o monitoramento da gestão de veículos de transporte escolar, pelas redes públicas de educação básica no âmbito do Programa Caminho da Escola.



MPCE articula diálogo com secretarias e instituições para fortalecer Conselhos Municipais de Educação

O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), por meio do Centro de Apoio Operacional da Educação (Caoeduc), participou de reunião com secretários municipais de Educação para fomentar a criação dos Conselhos Municipais de Educação. O encontro, promovido pela União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme-CE), fortaleceu o diálogo para e a contribuição dos órgãos públicos e instituições para o retorno seguro das atividades presenciais nas escolas, no contexto da pandemia.

MPRN firma acordo com Prefeitura para contratação temporária para área da educação

Finalizar o processo seletivo público já deflagrado para contratação temporária de professores e demais profissionais da área da educação para atender à situação temporária de excepcional interesse público. Essa é a principal cláusula de um termo de ajustamento de conduta (TAC) que o Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN) firmou com a Prefeitura de Santana do Seridó.

MPPB ajuíza ações para garantir retorno das aulas presenciais na rede pública de São Bento e Paulista

O Ministério Público da Paraíba ajuizou duas ações civis públicas com pedido de tutela de urgência para que os Municípios de São Bento e Paulista sejam obrigados a promover retorno das aulas presenciais nas instituições de ensino da rede pública municipal no prazo máximo de sete dias, diante da necessidade de fazer cessar a situação permanente de violação de direitos das crianças e adolescentes matriculadas nas escolas públicas municipais, obedecendo todos os protocolos de segurança.

MPSE recomenda que Municípios de Japaratuba e Pirambu incluam ações e conteúdos sobre direitos humanos e prevenção à violência doméstica nos currículos da Educação Básica

O Ministério Público de Sergipe, por meio da Promotoria de Justiça de Japaratuba e Pirambu, expediu recomendações para que as respectivas Prefeituras e Secretarias de Educação incluam conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher, nos currículos da Educação Básica das escolas públicas e privadas. Os temas deverão ser tratados de forma transversal, observadas as diretrizes da legislação correspondente e a produção e distribuição de material didático adequado a cada nível de ensino.



IV Seminário Ampliado do Projeto Saber Melhor debate retorno das aulas presenciais e atuação dos Conselhos Municipais de Educação

O Ministério Público estadual, em parceria com a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme), promoveu o terceiro Seminário Ampliado do Projeto Saber Melhor. O evento abordou o tema 'Direito à educação: retorno gradativo às atividades escolares presenciais e o papel dos Conselhos de Educação nos sistemas de educação dos Municípios'. Participaram do encontro virtual membros e servidores do MP, representantes da Uncme e do Conselho Estadual de Educação (CEE-BA), dirigentes, conselheiros e professores.

GAEPE-GO DESTACA IMPORTÂNCIA DO TRANSPORTE ESCOLAR PARA AS AULAS PRESENCIAIS

Na retomada das aulas presenciais prevista o dia 2 de agosto, após um ano e meio de ensino à distância, o Gabinete de Articulação para Enfrentamento da Pandemia na Educação Pública em Goiás (Gaepe-GO) emitiu uma nota técnica salientando a necessidade de assegurar o fornecimento do serviço de transporte escolar aos alunos. Segundo o conselheiro Fabrício Motta (TCM-GO), um dos coordenadores do Gaepe-GO, a nota técnica "reforça a responsabilidade dos Municípios na efetivação do transporte escolar, em razão do iminente retorno às aulas na rede estadual, independente do momento de retorno em cada rede municipal".

MPGO RECOMENDA SUSPENSÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA DE PROFESSORES EM LUZIÂNIA

Conforme apontado na recomendação, um acordo judicial feito pela 6ª Promotoria de Justiça de Luziânia com o município, após a proposição de ação civil pública, definiu que todas as contratações de servidores, efetivos ou temporários, no âmbito do Poder Executivo serão feitas mediante concurso público de provas e títulos, precedido de processo licitatório previsto na Lei nº 8.666/1993 (Lei de Licitações).

SENTENÇA FAVORÁVEL AO MP É MANTIDA E MUNICÍPIO DE FORMOSA TERÁ DE MATRICULAR CRIANÇAS DE ATÉ 5 ANOS EM LISTA DE ESPERA

Decisão da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO) confirmou sentença obtida pelo Ministério Público de Goiás (MPGO) que obriga o município de Formosa a promover adequações em sua política pública voltada à educação infantil. Ao decidir, o tribunal rejeitou (negou provimento) o recurso interposto pelo município, que pretendia reformar a decisão de primeiro grau.



LIMINAR CONCEDIDA AO MPGO AUTORIZA RETORNO IMEDIATO DAS AULAS EM CALDAS NOVAS E MANDA REABRIR ESCOLAS PÚBLICAS

A pedido do Ministério Público de Goiás (MPGO), em mandado de segurança, a Justiça deferiu liminar para suspender os efeitos do artigo 5º do Decreto Municipal nº 1.579/2021 e autorizou o retorno imediato das aulas nas escolas particulares e públicas de Caldas Novas de forma híbrida, com porcentual presencial de 50%. Foi determinado ainda que a prefeitura reabra, imediatamente, as escolas municipais, conforme acordo homologado judicialmente, em ação civil pública ajuizada pela 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Caldas Novas.

MPTO e CEE promovem reunião para discutir a inclusão de crianças e adolescentes com deficiência nas redes de ensino do Tocantins

Durante o encontro, foram debatidas as tratativas legais construídas pelo Conselho Estadual de Educação, referentes ao Atendimento Educacional Especializado aos estudantes com deficiência no Tocantins. Tratou-se, ainda, a interlocução do CEE-TO com os Conselhos Municipais de Educação na abordagem dos atos que autorizam o funcionamento de instituições de ensino, etapas, modalidades educacionais e proposta pedagógica que possa contemplar a inclusão educacional desses alunos em suas diversas formas, visto que foram evidenciadas, pelo Ministério Público, dificuldades das escolas, principalmente nos sistemas municipais de ensino, em ofertar Atendimento Educacional Especializado dos alunos, como no caso de crianças com autismo.

A pedido do MPMG, Justiça anula parecer do Conselho Municipal de Educação de Juiz de Fora emitido sem observância de suas competências legais

A pedido do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), a Justiça concedeu tutela de urgência para declarar nulo um parecer do Conselho Municipal de Educação de Juiz de Fora (CME/JF), que, segundo a decisão, extrapola a competência do conselho, notadamente quando prevê orientações sanitárias e epidemiológicas.

Manifestação sobre TAC de volta às aulas em BH depende de decisão da Justiça

O Ministério Público de Minas Gerais está aguardando decisão do Poder Judiciário sobre a competência da Vara da Infância e da Juventude para se manifestar sobre o Termo de Ajustamento de Conduta acertado com a Prefeitura de Belo Horizonte para garantir o retorno gradual às aulas presenciais, de forma planejada e segura.

Liminar determina que o município apresente relação atualizada de alunos especiais e disponibilize professores de apoio aos que necessitam

A pedido do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), a Justiça deferiu liminar determinando que o município de Juiz de Fora apresente relação de todos os alunos especiais matriculados na rede pública municipal de ensino e disponibilize professores de apoio àqueles que necessitarem. A decisão determina ainda que o município elabore e apresente Plano Educacional Individualizado de todos os alunos de ensino especial, devidamente assinado pelos pais ou responsáveis.

MPMG firma termo de pactuação com quatro municípios para combater a evasão escolar

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), por meio da Promotoria de Justiça de Defesa da Educação e dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itabira, firmou Termo de Pactuação de Ações Interinstitucionais Coordenadas com quatro municípios da comarca de Itabira, com objetivo de fomentar a regularização da frequência escolar insatisfatória e a reinserção de crianças e adolescentes na escola, para que concluam a educação básica na idade certa.

MPRJ firma acordo com a Prefeitura de Angra dos Reis para que aulas presenciais sejam retomadas a partir do dia 9 de agosto

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da Força-Tarefa de Educação (FT-Educação/MPRJ) e da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Angra dos Reis, firmou no último dia 27/07, com o Município de Angra dos Reis um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para o retorno das aulas presenciais na rede municipal. Pelo documento, a administração se compromete a retomar a prestação do serviço educacional presencial no dia 9 de agosto.

Atuação do MP garante direito à educação na língua indígena

Crianças que residem em comunidade indígena de Barracão, no Sudoeste do estado, passarão a frequentar aulas de língua e cultura Kaingang. Elas estavam matriculadas em escolas estaduais e municipais não indígenas e que, portanto, não possuíam em sua matriz curricular tais disciplinas. Os indígenas vivem na região denominada como “shopping rural”, às margens da BR163, local identificado pela Fundação Nacional do Índio como acampamento indígena. Nove crianças serão beneficiadas pela medida.

Fim das férias escolares: MPSC continua atuando para garantir aulas presenciais com segurança e com qualidade no ensino

Assista à entrevista com o Coordenador do Centro de Apoio da Infância e Juventude, Promotor de Justiça João Luiz de Carvalho Botega. Ele destaca os três pilares de atuação da instituição: cumprimento dos protocolos sanitários, recuperação da aprendizagem e busca ativa dos alunos evadidos.

#VOLTAPRAESCOLA: CAMPANHA DO MPRS BUSCA CONSCIENTIZAR PAIS E ALUNOS SOBRE A IMPORTÂNCIA DO RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS



Um ano e meio após o início da pandemia de Covid-19 no Brasil, pesquisa mostra que em torno de 40% das famílias entendem que seus filhos estão desmotivados, não estão evoluindo na aprendizagem e correm o risco de abandonar seus estudos. Ainda, dados colhidos pela instituição de ensino e pesquisa Insper indicam que a evasão escolar dobrou entre 2019 e 2020.

MPRS EXPEDE RECOMENDAÇÃO PARA VOLTA ÀS AULAS PRESENCIAIS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

O Ministério Público do Rio Grande do Sul expediu recomendação para a volta às aulas presenciais, seguindo os protocolos sanitários estabelecidos pelas autoridades competentes em razão da pandemia, a fim de dar efetividade ao direito fundamental à educação.

No documento, o MPRS pede que o Município adote todas as providências, inclusive medidas administrativas e judiciais, para a imediata oferta de aulas presenciais em todos os estabelecimentos públicos da rede municipal de ensino, assegurando o acesso à educação para todos os estudantes, de forma isonômica, visto que as aulas presenciais já estão permitidas nas redes estadual e privada de ensino.





MPRS ARTICULA VOLTA ÀS AULAS PRESENCIAIS PARA ESTUDANTES DAS REDES PÚBLICA E PRIVADA NA MAIORIA DOS MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA DA PREDUC-POA

A partir de articulação da Promotoria Regional da Educação de Porto Alegre (Preduc-POA), em conjunto com promotores com atribuição na área da Infância e Juventude, a maioria dos municípios de abrangência da Preduc-POA, onde decretos municipais suspendiam as atividades em alguns estabelecimentos de ensino, retomou as aulas presenciais nas redes pública e privada, sem a necessidade de medidas judiciais. Apenas quatro municípios ainda não voltaram às atividades presenciais, mas já possuem data prevista. O MP está intervindo para que esse retorno seja antecipado.

MPRS EXPEDE RECOMENDAÇÃO AO MUNICÍPIO DE OSÓRIO PARA QUE OBSERVE OS DISPOSITIVOS LEGAIS QUE GARANTEM AOS PAIS A DECISÃO SOBRE O RETORNO PRESENCIAL

O Ministério Público do Rio Grande do Sul, por meio das Promotorias de Justiça Regional de Educação (Preduc) e Cível de Osório, expediu recomendação para que revogue o art. 2º do Decreto Municipal 131/2021, que determina a obrigatoriedade do ensino presencial para todos os alunos, exceto aos que apresentarem recomendação médica para o ensino remoto até que haja autorização, em nível estadual, para dispor sobre o retorno obrigatório das aulas presenciais, já que, no período de pandemia, normativas estadual e federal garantem aos pais a decisão de enviar ou não os filhos para as aulas presenciais.

PREDUC-POA SE REÚNE COM COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DOS 10 CONSELHOS TUTELARES DE PORTO ALEGRE PARA DEBATER A VOLTA ÀS AULAS PRESENCIAIS E FICAI

A Promotoria de Justiça Regional de Educação de Porto Alegre (Preduc-POA) realizou reunião com os conselheiros tutelares que compõem a Comissão de Educação dos 10 Conselhos Tutelares da Capital a fim de discutir questões acerca do retorno das atividades escolares presenciais na área da atribuição da Preduc-POA. Também foi definida a pauta da reunião de setembro sobre a Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente (Ficai).



NOTÍCIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

MPF ajuíza ACP para que UFG adote ensino híbrido até setembro de 2021

Objetivo é não comprometer o calendário escolar, uma vez que o ensino totalmente remoto não mais se justifica

O Ministério Público Federal (MPF) em Goiás ajuizou, Ação Civil Pública - com pedido de tutela provisória de urgência - para que a Universidade Federal de Goiás (UFG) preste o serviço público de educação na modalidade de ensino híbrido/misto, com retorno das aulas presenciais até o final de setembro deste ano. O pedido alcança, ainda, o Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE/UFG), unidade acadêmica mantida pela UFG, que oferta educação básica em todos os níveis, além de cursos de pós-graduação.

Reunião com lideranças e gestores do Centro-Oeste encerra ciclo de encontros para falar sobre alimentação em escolas indígenas e tradicionais

O objetivo é discutir formas de viabilizar a compra, pelo Poder Público, de alimentos produzidos pelas próprias aldeias e comunidades para abastecer as escolas, gerando renda para esses povos e garantindo alimentação mais saudável para os estudantes. O encontro virtual terá transmissão ao vivo pelo Canal MPF no YouTube.

PFDC repudia declarações do ministro da Educação, Milton Ribeiro

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) – órgão do Ministério Público Federal (MPF) – repudia as recentes críticas do ministro da Educação, Milton Ribeiro, à inclusão de pessoas com deficiência no sistema educacional. Posição do órgão foi externada, recentemente, em nota técnica (NT) que trata da Política Nacional de Educação Especial (PNEE), instituída por meio o Decreto nº 10.502/2020. Suspenso por conta de decisão liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) desde dezembro de 2020, o normativo será objeto de audiência pública que contará com a participação de representante do MPF, a procuradora da República Marília Siqueira da Costa – integrante do Grupo de Trabalho Educação e Direitos Humanos da PFDC.

[Confira aqui nota técnica completa.](#)

MPF recomenda à Secretaria de Educação do RS que estabeleça normas para os pedidos de afastamento de profissionais de educação indígena

O Ministério Público Federal (MPF) expediu recomendação à Secretaria de Estado de Educação do Rio Grande do Sul para que adote as providências necessárias à instituição de um procedimento ou rito a ser seguido pelas Coordenadorias Regionais de Educação quando formulado, por quaisquer lideranças indígenas, pedido de afastamento de algum profissional de educação escolar indígena. Esse procedimento deve observar o direito ao contraditório e avaliar o desempenho do profissional a partir de critérios de natureza técnica e ética, de forma a conciliar todos os interesses em jogo e, ao mesmo tempo, impedir retaliações e ingerências arbitrárias na demissão e contratação desses profissionais.

MPF e MEC dialogam sobre proposta de escolas especializadas para crianças com deficiência

O Ministério Público Federal (MPF) participou nessa segunda-feira (30) de reunião com o Ministério da Educação (MEC) para falar a respeito do Decreto 10.502/2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial e prevê a matrícula de crianças e adolescentes com deficiência em classes e instituições especializadas. A audiência, solicitada pela pasta, teve como objetivo esclarecer pontos da proposta do governo e ouvir as preocupações do MPF com a possível implementação da nova política.

Justiça proíbe município do Pará de utilizar critérios ilegais na distribuição da merenda escolar



A Justiça Federal obrigou o município de Juruti, no oeste do Pará, a cumprir a legislação ao distribuir os kits de alimentação escolar para todos os alunos matriculados na rede pública da educação básica. Assinada no último dia 24, a sentença atende pedido do Ministério Público Federal (MPF), que em 2020 entrou com ação contra decisão do município de, durante a pandemia da covid-19, não distribuir merenda escolar a estudantes cujos responsáveis estivessem empregados.



NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

Supremo lança publicação que reúne bibliografia sobre Política Nacional de Educação Especial

BIBLIOGRAFIA, LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA TEMÁTICA



“Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida (PNEE)” é o tema da nova edição da série Bibliografia, Legislação e Jurisprudência Temática, produzida pela Biblioteca do Supremo Tribunal Federal (STF). A obra foi preparada em apoio à audiência pública, convocada no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6590, a ser realizada nos dias 23 e 24/8.

Debate sobre educação de crianças com deficiência pretende dar ao STF ‘visão ampla’ sobre tema

O ministro Dias Toffoli, relator de ação que discute a educação de crianças com deficiência, destaca que o debate entre entidades e especialistas, que o Supremo Tribunal Federal promove na próxima semana, pretende dar à Corte uma “visão geral e ampla” sobre o tema. Toffoli é o entrevistado na 11ª edição do podcast “Supremo na semana”.

Toffoli destaca relevância da inclusão social na abertura da audiência pública sobre ensino especial

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), iniciou, na tarde desta segunda-feira (23), a audiência pública que discutirá os impactos da Política Nacional de Educação Especial Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida (PNEE), instituída pelo Decreto 10.502/2020, em relação a cada grupo de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, na implementação do ensino inclusivo.

Entidades da área de educação e de defesa de pessoas com deficiências encerram audiência pública

O último bloco de expositores da audiência pública sobre a Política Nacional de Educação Especial, realizada ontem (23) e hoje (24) no Supremo Tribunal Federal, reuniu representantes de entidades e coletivos de defesa de grupos com deficiências e necessidades especiais diversas, como pessoas com transtornos do espectro autista, Síndrome de Down e deficiências visuais e surdos. Foram ouvidas, também, as manifestações de pessoas ligadas à educação na primeira infância, à bioética e às pessoas negras com deficiência.

Canal do STF no YouTube disponibiliza vídeos da audiência pública sobre educação especial

Á estão disponíveis no canal do Supremo Tribunal Federal (STF) no YouTube os vídeos da audiência pública, realizada nos dias 23 e 24 deste mês, para discutir os impactos da Política Nacional de Educação Especial Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida (PNEE), instituída pelo Decreto 10.502/2020. A questão é objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6590, ajuizada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Mais de 50 expositores participaram da audiência, entre os quais representantes de órgãos públicos, da Defensoria Pública, de entidades ligadas a estabelecimentos de ensino e a trabalhadores da educação, de instituições dedicadas à educação inclusiva e de organizações e grupos da sociedade civil.



OUTRAS NOTÍCIAS

Senado volta a adiar projeto para volta às aulas na pandemia

O Plenário do Senado adiou nesta quarta-feira (18), pela quinta vez, a votação do projeto de lei com diretrizes para a volta às aulas presenciais durante a pandemia de covid-19 (PL 5.595/2020). Os senadores chegaram a um consenso sobre a proposta, mas afirmaram não ter confiança de que a Câmara dos Deputados manteria o texto aprovado.

Senado aprova prioridade para alunos com deficiência nas matrículas na rede pública



Texto, que vai à Câmara, também prevê o fornecimento de material didático adaptado às necessidades dos estudantes. Sessão foi marcada por críticas ao ministro da Educação

PEC que desobriga gastos mínimos com educação será debatida nesta terça-feira no Senado

A PEC 13/2021 desobriga União, estados, e municípios da aplicação de percentuais mínimos de suas receitas na manutenção e no desenvolvimento do ensino no exercício de 2020

Comissão rejeita projeto que autoriza União a repassar recursos para creches a municípios

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados rejeitou o Projeto de Lei 9707/18, que autoriza a União a repassar aos municípios até 50% de auxílio para pagamento de mensalidades em creches e pré-escolas particulares para crianças até 3 anos quando não houver vagas na rede pública.



Obrigatoriedade da oferta de Libras na educação básica passa na CDH

A Comissão de Direitos Humanos do Senado (CDH) aprovou nesta segunda-feira (30) projeto que torna obrigatória a oferta de ensino da língua brasileira de sinais (Libras) em todas as etapas e modalidades da educação básica. O PL 6.284/2019, do senador Romário (PL-RJ), teve parecer favorável do senador Paulo Paim (PT-RS) e segue agora para análise da Comissão de Educação do Senado (CE).

Comissão aprova projeto que prevê distribuição de royalties do pré-sal conforme desempenho das escolas

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 6244/19, que altera as regras de divisão dos royalties arrecadados na exploração de petróleo e gás natural pelos regimes de concessão e de partilha.

O objetivo é redistribuir os recursos entre estados, Distrito Federal e municípios de acordo com o desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e na Escala Brasil Transparente (EBT).

Câmara aprova projeto que cria política de bem-estar para profissionais da educação

A Câmara dos Deputados aprovou substitutivo da deputada Tabata Amaral (PDT-SP) ao Projeto de Lei 1540/2021, do deputado Professor Israel Batista (PV-DF), que cria a Política de Bem-estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação, listando objetivos e diretrizes a serem seguidos em planos governamentais. A proposta será enviada ao Senado. Segundo o parecer da relatora, os planos deverão ser elaborados em até um ano depois de o projeto virar lei. Para as escolas privadas, os planos serão optativos.



Confira a relação dos percentuais mínimos da complementação da União ao VAAT a serem destinados à educação infantil no exercício de 2021



Foi publicada no dia 30 de julho, a Portaria Nº 276 de 28 de julho de 2021, que define metodologia provisória de cálculo do indicador da educação infantil, conforme previsto pela Lei n.º 14.113/2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

O indicador será responsável por estabelecer os percentuais mínimos da complementação Valor Aluno Ano Total (VAAT) a serem aplicados pelos municípios à educação infantil, no exercício de 2021. Segundo o texto legal, o percentual de 50% da complementação da União ao VAAT devem ser aplicado na educação infantil ofertada pelas redes públicas de ensino.

FNDE promove capacitação sobre os recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) promoverá nesta terça-feira, dia 24, às 15h, capacitação virtual sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Os agentes escolares receberão orientações sobre como receber os recursos do programa, além de obterem explicações de como criar unidades executoras e constituir consórcios no âmbito do PDDE.

Cartilha auxilia entes federativos nos pedidos de repactuação de obras inacabadas do Proinfância

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) apresentou a cartilha Mãos à obra! Guia para repactuação das obras inacabadas do Proinfância, na tarde desta quarta-feira, dia 4, no canal do Youtube do Conviva Educação. Elaborada pelo FNDE, a publicação traz todas as informações importantes sobre a solicitação de retomada dessas construções e um passo a passo detalhado sobre como o pedido deve ser feito no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (Simec).

Ministro homologa parecer do CNE com diretrizes para o retorno às aulas presenciais

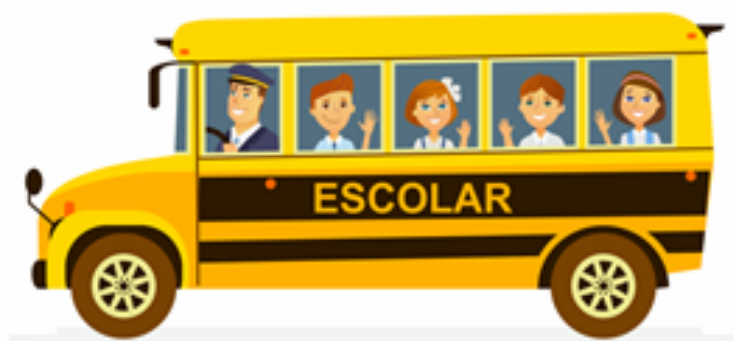
Foi homologado no dia 4 de agosto de 2021, pelo Ministro da Educação, Milton Ribeiro, o parecer CNE/CP nº 6/2021, do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação - CP/CNE, que dá diretrizes nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem, bem como a regularização do calendário escolar a serem adotadas pelos sistemas de ensino, instituições e redes escolares públicas, particulares, comunitárias e confessionais. O documento foi aprovado na plenária do Conselho realizada em julho de 2021.

Publicada Portaria do MEC que institui câmaras técnicas para enfrentamento dos impactos da pandemia na educação básica



O Ministério da Educação (MEC) publicou no dia 5 de agosto de 2021, a Portaria Nº 601 que institui Câmaras Técnicas para coordenação de trabalhos para enfrentamento dos efeitos da pandemia da Covid-19, na educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e na educação de jovens e adultos. Os objetivos são de apoiar o levantamento e a análise de dados, bem como a elaboração de relatórios referentes às respectivas etapas e modalidade; sugerir ações para a coordenação da atuação integrada dos estados, do Distrito Federal e municípios no enfrentamento dos impactos da pandemia de covid-19 nas aprendizagens e na permanência dos estudantes; e também prestar assessoria o Comitê Operativo Emergencial do Ministério da Educação - COE/MEC.

Comitê de Educação do Instituto Rui Barbosa – IRB orienta ações de fiscalização a fim de viabilizar a matrícula escolar e o transporte escolar



O Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), entidade que congrega os Tribunais de Contas (TCs) brasileiros, encaminhou aos órgãos de controle sugestões a serem incorporadas nas atividades de fiscalização na área da educação. A Nota Técnica (NT) nº 04/2021 traz uma lista com 8 recomendações que objetivam orientar quanto à adoção de medidas de fiscalização a fim de viabilizar a matrícula escolar a qualquer tempo, bem como para assegurar o transporte escolar a todos os estudantes da educação básica da rede pública.

Internet para escolas: Tribunais de Contas mantêm mobilização pela oferta de acesso

Os Tribunais de Contas brasileiros, por meio da participação do IRB e Atricon no Gabinete de Articulação para Enfrentamento da Pandemia na Educação no Brasil (Gaepe-Brasil), permanecem mobilizados para que as escolas das redes públicas recebam internet de alta velocidade. A previsão consta como uma recomendação do Tribunal de Contas da União para o edital do leilão do serviço de 5G, que deve ser realizado nas próximas semanas.

Censo Escolar 2021: CTE-IRB alerta para o término do prazo de envio dos dados

O período para que os representantes das escolas e das secretarias estaduais e municipais de educação declarem as informações da primeira etapa do Censo Escolar 2021 termina no dia 23 de agosto. O presidente do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), Cezar Miola, destaca que a pesquisa é considerada o principal levantamento sobre a educação básica no Brasil. “Os dados servem de base para o repasse de recursos do Fundeb, pelo FNDE, por exemplo. Ainda, são amplamente utilizados para balizar decisões de políticas públicas na área da educação, bem como para o acompanhamento de sua efetividade”.

Educação inclusiva na prática é tema de seminário online

O Instituto Rodrigo Mendes (IRM) e o UNICEF no Brasil realizam, nesta quarta-feira, 1º de setembro, o seminário online “Como colocar em prática a educação inclusiva?”. O objetivo é mostrar, a partir de experiências práticas, que a inclusão de crianças e adolescentes com deficiência na escola regular é possível e beneficia todos. O seminário será realizado das 15h às 17h (horário de Brasília), no [YouTube do UNICEF Brasil](#), e contará com Libras, legendas em tempo real e audiodescrição.

UNICEF e Aldeias Infantis realizam ciclos de capacitações sobre educação indígena

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Aldeias Infantis SOS realizam, no dia 18 de agosto, das 14h às 16h (horário de Brasília), o segundo encontro do ciclo formativo sobre “Interculturalidades, bases legais e as lutas jurídico-políticas pela integralidade dos direitos indígenas”, no escopo do projeto Súper Panas nos estados do Amazonas e do Pará. A transmissão ocorrerá no canal do UNICEF Brasil, no YouTube, pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=IIIDDI9Utrl>.

Rio de Janeiro enfrenta evasão escolar: Busca Ativa Escolar já reconduziu mais de 11 mil estudantes às salas de aulas neste ano

Em meio ao desafio da pandemia, a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro intensifica a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de abandono escolar. Neste ano, 11.087 crianças e adolescentes que tinham deixado as salas de aula retomaram os estudos. A Secretaria está adotando, desde o início do ano, a estratégia Busca Ativa Escolar, composta por uma metodologia social e uma plataforma tecnológica desenvolvidas pelo UNICEF e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). O método tem apoio do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) e envolve profissionais de diversos setores da SME, ampliando o olhar sobre a garantia do direito à educação e sobre o lugar da escola como parte do Sistema de Garantia de Direitos. Os resultados estão sendo positivos: neste ano, até julho, foram reconduzidos 915 alunos dos 5.293 estudantes que abandonaram a escola em 2021, por necessidade de trabalhar ou desistência de vaga.

No momento do retorno às aulas, o UNICEF e a Undime reforçam a Busca Ativa Escolar de crianças excluídas das escolas pela covid-19 no Maranhão

Os 217 municípios do Estado do Maranhão já aderiram a Busca Ativa Escolar e agora a estratégia está sendo efetivada nas cidades por meio dos parceiros do UNICEF

TCU promove debate sobre a transformação digital na educação municipal

O Tribunal de Contas da União realiza evento online, na próxima segunda-feira, 30 de agosto. Chamado de Diálogo Público – Transformação Digital na Educação Municipal, o objetivo é abordar as oportunidades e desafios da oferta de infraestrutura e tecnologias no retorno às aulas presenciais e discutir a adoção do modelo híbrido. O debate começa às 14h30 e vai ser transmitido pelo Canal Oficial do TCU no Youtube.

Dificuldade dos pais para apoiar alunos e falta de acesso à Internet foram desafios para ensino remoto, aponta pesquisa TIC Educação

As dificuldades de pais ou responsáveis para orientar e apoiar os alunos nas atividades escolares estão entre os principais desafios enfrentados pelas escolas para a realização de atividades pedagógicas durante a pandemia COVID-19. É o que apontam 93% dos gestores escolares do Brasil, segundo a pesquisa [TIC Educação 2020 \(Edição Covid-19 – Metodologia Adaptada\)](#). Os dados ainda indicam que a falta de dispositivos, como computadores e celulares, e o acesso à Internet nos domicílios dos alunos estão entre os desafios mais citados pelos gestores escolares (86%).

Covid-19: escolas reiniciam ensino presencial em nove estados

No segundo semestre deste ano, mais escolas públicas e particulares deverão retomar as atividades presenciais. A volta às salas de aula ocorrerá de forma diferente em cada localidade. O ensino remoto ainda deve seguir, mesmo que junto com o presencial, para evitar aglomerações. Para que as escolas sejam reabertas da forma mais segura possível, segundo especialistas, além de cumprir os demais protocolos de segurança, uma atitude faz toda a diferença: que todos usem máscaras da maneira correta, cobrindo o nariz e a boca.

Governos apostam em bolsas, merenda e até busca ativa de alunos para evitar evasão escolar

Na pandemia, o abandono do ensino tem sido uma das maiores preocupações de especialistas em educação. Segundo um relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), só no primeiro ano da pandemia, mais de 172 mil alunos, entre 6 e 17 anos, abandonaram ou deixaram de frequentar a escola no Brasil.

Por trás do problema há um efeito do ensino remoto: a perda de interesse pelo estudo. O quadro de desestímulo se soma à crise sanitária e ao desemprego, que força estudantes a terem que trabalhar, diz Gabriel Corrêa, líder de políticas educacionais da ONG Todos Pela Educação.

Publicados resumos técnicos do Censo Escolar 2020 por UF

Estão disponíveis, no portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), os resumos técnicos do Censo Escolar 2020 por unidade da Federação (UF). Os resumos trazem um panorama da educação básica nos estados e no Distrito Federal, com estatísticas apresentadas em série histórica. Os documentos contam com recortes específicos de cada UF dos dados já publicados nacionalmente, o que permite traçar tendências educacionais em âmbito regional.



OUTRAS NOTÍCIAS MATO GROSSO

Lei que obrigava fornecimento de lanche fora do horário de aulas é inconstitucional

Por unanimidade, os desembargadores que compõem o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso mantiveram decisão que considerou inconstitucional a Lei Estadual nº 11.415/2021. A norma obrigava o Estado de Mato Grosso a fornecer lanches nas escolas estaduais, após o retorno das aulas presenciais fora do horário das aulas. (ADI 1013576-31.2021.8.11.0000)

Seduc esclarece principais dúvidas sobre o retorno das aulas na modalidade híbrida

Protocolos estabelecem desde como deve ocorrer a limpeza de cada espaço da unidade escolar, forma de revezamento dos estudantes, organização nas salas de aula, ocupação de espaços externos e ações a serem adotadas em casos suspeitos e confirmados de Covid-19

Recuperação da aprendizagem e o aspecto socioemocional são destaques na volta às aulas

A recuperação da aprendizagem e o aspecto socioemocional são grandes desafios no retorno das atividades da educação na modalidade híbrida. Os dois temas foram debatidos durante lives realizadas pela Secretaria de Estado de Educação (Seduc-MT), que tiveram participações especiais da diretora do Centro de Excelência e Inovação da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Cláudia Costin, e da idealizadora da Escola da Inteligência, Camila Cury. O retorno no modo de ensino híbrido nas escolas estaduais ocorreu no dia 03.08 em Mato Grosso.

Seduc reforça para escolas aplicarem protocolos de biossegurança e plano de contingência

Sobre casos suspeitos ou confirmados de Covid-19 em escolas da rede estadual de ensino, a Secretaria de Estado de Educação (Seduc-MT) reforça que deve ser aplicado o plano de contingência, que foi elaborado junto com a Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT) e encaminhado a todas as unidades de ensino em maio deste ano.

A Seduc reforça que os profissionais das escolas foram capacitados para desenvolver as ações e que gestores devem informar e formalizar casos à secretaria, de acordo com formulário disponível.



ATUALIZAÇÃO LEGISLATIVA

Presidente sanciona lei sobre educação bilíngue de surdos

O presidente Jair Bolsonaro sancionou uma lei que define a educação bilíngue de surdos como uma modalidade de ensino independente. O texto modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para estabelecer como educação bilíngue aquela em que a língua brasileira de sinais (Libras) é considerada primeira língua, e o português escrito como segunda língua.

Governo federal entra com MP que adia prazo para cumprimento da lei que garante internet a estudantes e professores

O governo federal publicou a Medida Provisória (MP) Nº 1.060, de 4 de agosto de 2021, que altera a Lei nº 14.172/21, que destina 3,5 bilhões para garantia do acesso à internet, com fins educacionais, para estudantes e professores da educação básica.

A principal mudança é com relação ao prazo previsto para o repasse. A redação original previa que os recursos deveriam ser realizados mediante transferências da União aos Estados e ao Distrito Federal em parcela única, a ser paga até 30 (trinta) dias após a sua publicação no Diário Oficial da União, realizada no dia 10 de junho de 2021. Assim, o governo federal deveria ter feito os repasses até o dia 10 de julho.



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional de Educação

Ministério Público do Estado de Mato Grosso

65 3611-0600

www.mpmt.mp.br